

Título	Integração energética: todo cuidado é pouco
Veículo	Correio Braziliense
Data	18 junho 2015
Autores	Claudio J. D. Sales e Richard Hochstetler

CORREIO BRAZILIENSE



Integração energética: todo cuidado é pouco

» CLAUDIO J. D. SALES E RICHARD HOCHSTETLER
Integrantes do Instituto Acende Brasil

O governo anunciou conversas com a Bolívia visando à construção de grande hidrelétrica, na fronteira entre os dois países, aproveitando o potencial do Rio Madeira. Dados preliminares apontam 3 mil MW de capacidade, que requerem R\$ 15 bilhões de investimento, sem contar os custos de transmissão. Tudo considerado, trabalha-se com a hipótese de que esse projeto produzirá energia a custos competitivos.

Os benefícios — geração de energia, promoção de investimentos, geração de empregos, integração energética — são evidentes, mas não há clareza sobre os custos associados aos riscos geopolíticos de um projeto dessa natureza. A análise sistemática dos projetos de integração energética do Brasil com seus vizinhos revela que os riscos introduzidos têm gerado custos inesperados que reduziram ou até mesmo superaram os benefícios.

Os riscos decorrem da alteração das condições pactuadas em contratos ou até mesmo em tratados assinados entre os países. O estudo *Energia e geopolítica: compromisso versus oportunismo* (www.acendebrasil.com.br/estudos) aponta que todas as alterações das condições pactuadas advêm da intervenção direta dos governos vizinhos (na forma, por exemplo, de desapropriação de ativos, alterações tributárias, imposição de racionamento) ou por negociação na arena política, resultando sempre em prejuízos para o Brasil.

Em Itaipu, por exemplo, o acordo original foi modificado para propiciar benefícios

adicionais ao Paraguai às custas do contribuinte ou do consumidor de energia brasileiro. Outros exemplos são os casos da Argentina, que suspendeu o fornecimento de gás, deixando sem operar usina brasileira de 640MW em Uruguaiana, e o da interligação com a Venezuela, que sofreu atrasos no lado venezuelano, e que, em seu máximo, só forneceu ao Brasil metade do que foi contratado. Eram previstos 200MW de potência e o máximo entregue foi de 100MW, posteriormente reduzidos pelo racionamento de energia na Venezuela.

A Bolívia é protagonista em três casos similares. Em 2006, o presidente Evo Morales assinou decreto que alterou contratos e expropriou o controle acionário de empresas estrangeiras de óleo e gás operando na Bolívia. A intervenção foi truculenta, com tropas do Exército boliviano invadindo as plantas da Petrobras, que, então, era responsável por 100% do abastecimento de gasolina e 60% do óleo diesel na Bolívia. As perdas foram multimilionárias. Entre 1997 e 2005, a Petrobras investiu US\$ 1,5 bilhão na Bolívia e detinha direitos sobre mais de 40% das reservas de gás bolivianas.

A Bolívia também aumentou de 50% para 82% o imposto cobrado sobre a exportação do gás para o Brasil e passou a cobrar pelos líquidos associados ao gás natural recebido. Em dezembro de 2009, a Petrobras foi compelida a assinar termo aditivo ao contrato de compra de gás que renderá ao menos US\$ 1,2 bilhão à Bolívia até 2019. O

aditivo foi resultante de acordo feito em 2007 entre os presidentes Lula da Silva e Evo Morales, acordo que teve efeito retroativo pelo qual a Petrobras obrigou-se a pagar entre US\$ 350 milhões a US\$ 480 milhões a mais à YPFB pelo fornecimento do gás natural entre 2007 e 2009.

O terceiro caso é o da Termelétrica Mário Covas, em Cuiabá, de 450MW, construída para ser suprida por gás boliviano, por meio de gasoduto exclusivo. A usina entrou em operação em 2002 e, em 2007, a Bolívia reajustou em mais de 250% o preço do gás. O contrato original previa o fornecimento firme de 2,2 milhões de m³ de gás por dia. Em 2009, a Aneel determinou que o Operador Nacional do Sistema considerasse a usina indisponível por não dispor de suprimento firme de gás. Tanto a usina quanto o gasoduto foram condenados à ociosidade, depois de terem consumido, cada um, US\$ 350 milhões de investimentos.

Destaque-se que os três episódios ocorreram com a Bolívia sendo governada pelo mesmo grupo, liderado pelo mesmo presidente Evo Morales, que agora negocia com o Brasil novo e muito maior projeto.

Por maior que seja o benefício de nova integração energética com a Bolívia, é indispensável blindar o projeto contra ameaças semelhantes às que já se materializaram. É essa posição afirmativa que devemos esperar do governo e dos diplomatas brasileiros desde a abertura das negociações. Todo cuidado é pouco.

O governo anunciou conversas com a Bolívia visando à construção de grande hidrelétrica, na fronteira entre os dois países, aproveitando o potencial do Rio Madeira. Dados preliminares apontam 3 mil MW de capacidade, que requerem R\$ 15 bilhões de investimento, sem contar os custos de transmissão. Tudo considerado, trabalha-se com a hipótese de que esse projeto produzirá energia a custos competitivos.

Os benefícios — geração de energia, promoção de investimentos, geração de empregos, integração energética — são evidentes, mas não há clareza sobre os custos associados aos riscos geopolíticos de um projeto dessa natureza. A análise sistemática dos projetos de integração energética do Brasil com seus vizinhos revela que os riscos introduzidos têm gerado custos inesperados que reduziram ou até mesmo superaram os benefícios.

Os riscos decorrem da alteração das condições pactuadas em contratos ou até mesmo em tratados assinados entre os países. O estudo Energia e geopolítica: compromisso versus oportunismo (www.acendebrasil.com.br/estudos) aponta que todas as alterações das condições pactuadas advêm da intervenção direta dos governos vizinhos (na forma, por exemplo, de desapropriação de ativos, alterações tributárias, imposição de racionamento) ou por negociação na arena política, resultando sempre em prejuízos para o Brasil.

Em Itaipu, por exemplo, o acordo original foi modificado para propiciar benefícios adicionais ao Paraguai às custas do contribuinte ou do consumidor de energia brasileiro. Outros exemplos são os casos da Argentina, que suspendeu o fornecimento de gás, deixando sem operar usina brasileira de 640MW em Uruguaiana, e o da interligação com a Venezuela, que sofreu atrasos no lado venezuelano, e que, em seu máximo, só forneceu ao Brasil metade do que foi contratado. Eram previstos 200MW de potência e o máximo entregue foi de 100MW, posteriormente reduzidos pelo racionamento de energia na Venezuela.

A Bolívia é protagonista em três casos similares. Em 2006, o presidente Evo Morales assinou decreto que alterou contratos e expropriou o controle acionário de empresas estrangeiras de óleo e gás operando na Bolívia. A intervenção foi truculenta, com tropas do Exército boliviano invadindo as plantas da Petrobras, que, então, era responsável por 100% do abastecimento de gasolina e 60% do óleo diesel na Bolívia. As perdas foram multimilionárias. Entre 1997 e 2005, a Petrobras investiu US\$ 1,5 bilhão na Bolívia e detinha direitos sobre mais de 40% das reservas de gás bolivianas.

A Bolívia também aumentou de 50% para 82% o imposto cobrado sobre a exportação do gás para o Brasil e passou a cobrar pelos líquidos associados ao gás natural recebido. Em dezembro de 2009, a Petrobras foi compelida a assinar termo aditivo ao contrato de compra de gás que renderá ao menos US\$ 1,2 bilhão à Bolívia até 2019. O aditivo foi resultante de acerto feito em 2007 entre os presidentes Lula da Silva e Evo Morales, acordo que teve efeito retroativo pelo qual a Petrobras obrigou-se a pagar entre US\$ 350 milhões a US\$ 480 milhões a mais à YPFB pelo fornecimento do gás natural entre 2007 e 2009.

O terceiro caso é o da Termelétrica Mário Covas, em Cuiabá, de 450MW, construída para ser suprida por gás boliviano, por meio de gasoduto exclusivo. A usina entrou em operação em 2002 e, em 2007, a Bolívia reajustou em mais de 250% o preço do gás. O contrato original previa o fornecimento firme de 2,2 milhões de m³ de gás por dia. Em 2009, a Aneel determinou que o Operador Nacional do Sistema considerasse a usina indisponível por não dispor de suprimento firme de gás. Tanto a usina quanto o gasoduto foram condenados à ociosidade, depois de terem consumido, cada um, US\$ 350 milhões de investimentos.

Destaque-se que os três episódios ocorreram com a Bolívia sendo governada pelo mesmo grupo, liderado pelo mesmo presidente Evo Morales, que agora negocia com o Brasil novo e muito maior projeto.

Por maior que seja o benefício de nova integração energética com a Bolívia, é indispensável blindar o projeto contra ameaças semelhantes às que já se materializaram. É essa posição afirmativa que devemos esperar do governo e dos diplomatas brasileiros desde a abertura das negociações. Todo cuidado é pouco.

Claudio J. D. Sales e Richard Hochstetler são presidente e economista do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)